

## LITERATURA BRASILEIRA, CRÍTICA E IDENTIDADE NACIONAL

*Maurício Silva\**

\*Mestre e Doutor em Literatura Portuguesa (USP) e Professor de Literatura na UNINOVE.

Quando teria surgido a literatura brasileira? Feita assim, de imediato, a pergunta pode parecer um contra-senso, mas com certeza adquire uma inesperada procedência quando percebemos tratar-se de uma questão que ultrapassa o mero âmbito das formalidades cronológicas para atingir, em cheio, a própria concepção do que seja a literatura, devidamente balizada pelo epíteto brasileira. Uma discussão, aliás, que se adensa na medida exata de nossa consciência diante do irretorquível fato de que a literatura brasileira tem sido considerada uma das mais significativas manifestações culturais a marcar, de modo indelével, o lastro identitário nacional.

O Brasil conheceu um período colonial que, formalmente, se estendeu do início do século XVI até sua independência, na primeira metade do século XIX. Neste período, incontáveis eventos contribuíram direta ou indiretamente para a formação do país como nação politicamente independente, autonomia que contribuiria, paulatinamente, para uma conformação cultural própria.

Contudo, ao par de uma expressão literária particularizada – a qual, não obstante, mantinha-se caudatária de uma série de traços culturais alienígenas – surgiam também os problemas concernentes a uma condição tão singular. É o que se pode verificar com a chamada Literatura de Informação, tal como são conhecidas nos meios acadêmicos nacionais as primeiras manifestações literárias em terras brasileiras, ainda no século XVI<sup>1</sup>.

De acordo com os manuais de literatura, tal expressão estética constituiu-se na nossa primeira escola literária, tendo conhecido o desenvolvimento de diversos gêneros, nomeadamente a narrativa epistolar, a poesia didático-religiosa, a prosa informativa e a crônica historiográfica. Ocorre que nem todas as obras produzidas sob tais denominações podem ser consideradas, *ipsis litteris*, de informação, como sugere a nomenclatura dada à escola. Um confronto entre a célebre epístola de Caminha e a poesia teológica de Anchieta já é suficiente para chamar nossa atenção

<sup>1</sup>Para uma visada geral sobre esse período, consultar CASTELLO, 1975.

<sup>2</sup>Consultar para essa questão:  
CASTRO, 1985: 105-127; e AZEVEDO FILHO, 1983: 4-13.

para a complexidade desse problema que, embora de natureza taxionômica, acaba comprometendo o próprio entendimento da produção literária do período<sup>2</sup>. O lapso metodológico aí presente, ao se considerar um período tão eclético sob uma perspectiva unificadora, é facilmente explicado: a denominação genérica dada à produção da época não se refere, na realidade, senão à manifestação particular dos textos deliberadamente informativos. Assim, a denominação que deveria ser dada apenas a um parco conjunto de obras acabou se estendendo para todo o período literário, desrespeitando a particularidade de cada gênero e as idiosincrasias de cada autor, o que, finalmente, acabou provocando uma verdadeira desordem conceitual. Em mais de um sentido, as obras aqui produzidas no período tiveram como característica principal a pluralidade de conceitos, o que torna a denominação dada ao conjunto, no mínimo, precária.

Embora menção a semelhante problema pareça ter sentido apenas numa discussão de natureza classificatória, reputamos importante ressaltar este aspecto da crítica brasileira, na medida exata em que questões de caráter taxionômico acabam, direta ou indiretamente, influenciando a própria compreensão do que deva ser considerado efetivamente literatura brasileira. Concorre para caracterizar essa expressão literária como particularmente brasileira o fato de ter sido realizada em território pátrio, a partir de uma vivência telúrica radicalmente nacional; concorre para caracterizá-la como lusitana, o fato de ter sido realizada por escritores portugueses, a partir de mundividência profundamente européia. Cria-se, assim, um impasse. Em qualquer dos casos, uma posição equânime do problema implica compreender as características intrinsecamente nacionais da literatura aqui produzida a partir do século XVI, a fim de estabelecer, com mais precisão, os limites do que se pode considerar autenticamente nacional em termos de literatura<sup>3</sup>.

A questão se estende até o século XIX, época marcada por vários acontecimentos políticos que, de certa forma, acabaram influenciando outras esferas da atividade humana, como a própria cultura nacional. Este fato deu à época uma característica singular dentro de nosso vasto e diversificado contexto histórico, destacando-se um profundo sentido de transformação.

Com efeito, talvez nenhum outro período de nossa história política e cultural tenha sofrido tantas e tão contundentes metamorfoses. No Brasil, em particular, tais modificações assumiram uma roupagem característica, revelando um aspecto, em certa medida, próprio das transformações aqui realizadas. Nesse sentido, é

<sup>3</sup>Uma discussão bastante precedente sobre a cultura literária colonial brasileira pode ser encontrada em Bosti, 1992.

possível verificar que as modificações ocorridas no cenário nacional destacaram-se, sobretudo, por se afirmarem como uma interrupção mais ou menos súbita de um processo contínuo. Evidentemente, não estamos falando de revolução, termo mais apropriado ao campo das Ciências Sociais, mas antes de um fenômeno que se consolida dentro do universo cultural, em geral, e da criação literária, em particular, como uma ruptura.

Assim, no plano literário, é possível, por exemplo, compreender o advento do Romantismo entre nós, durante o século XIX, como uma autêntica ruptura de conceitos e padrões estéticos até então vigentes, a despeito de algumas ‘dívidas’ estéticas que ainda mantínhamos com Portugal e que, logo em seguida, passamos a ter com a França. Mas no âmbito da expressão formal, por exemplo, os cânones lingüísticos que vigoravam acabaram sendo solapados pela fúria renovadora de um Alencar, consolidando uma nova expressão literária no país (CUNHA, 1986). Com Alencar e sua geração, começam a consolidar-se no Brasil as bases para a formação de uma expressão literária autenticamente nacional. (CÂMARA, 1968)

Evidentemente, não se pode medir com precisão o grau de eficiência alcançado pelos românticos no intuito de fundar uma tradição literária definitivamente nacional. Sabe-se, inclusive, que os objetivos concretos de instituição de uma identidade a partir de uma ruptura cultural, idealizados pelos românticos, só se efetivariam no século seguinte, com os modernistas (BRITO, 1974). Isso se deve, entre outras coisas, à fragilidade da reação que os românticos desencadearam contra os cânones lingüísticos lusitanos, por um lado; e, por outro lado, ao fundamento extremamente idealista sobre o qual assentou a imagem do homem e do meio defendida por aqueles. Basta atentar para a mitificação do universo indianista de concepção claramente *rousseauiana*, que acabou por se tornar a pedra de toque dos poemas nativistas de um Gonçalves Dias ou dos romances indianistas de um Alencar, durante o mesmo século.

De qualquer maneira, a gênese dessa transformação ainda se situa entre os nossos mais célebres românticos, o que faz também do Romantismo, senão uma estética visceralmente comprometida com a ruptura, ao menos um eficiente pólo irradiador de tendências estéticas renovadoras. Neste sentido, não nos parece demasiadamente arriscado considerar o nosso Romantismo literário uma escola comprometida com os anseios de renovação que, na época, contaminavam a atmosfera político-social do país, devendo emergir na história da cultura nacional como

uma estética efetivamente ligada a certa tradição da ruptura. Afinal de contas, esta tradição comportava a maior parte das literaturas latino-americanas de então.

Desse modo, a busca da origem de nossa literatura pode ser percebida, primeiramente, entre os românticos, que ansiavam por um referencial para o próprio ideário artístico nacional, em que não faltavam traços de singularidade literária: descrição da natureza tropical, heróis honrados, reafirmação da identidade nacional. (SÜSSEKIND, 1990)

É verdade que tal ruptura foi forjada um século antes, seja por meio da política, com as incontáveis rebeliões nativistas e anticolonialistas a que assistimos no Brasil, seja por meio de uma literatura comprometida com um ideário iluminista, manifestando as primeiras tentativas de se criar, em solo pátrio, uma consciência autenticamente nacional (COUTINHO, 1988). Apesar disso, é somente a partir do século XIX – com a independência política e também com o alargamento da consciência de uma maior autonomia cultural – que a literatura deixa de ser reflexo difuso da realidade nacional, para compor um patrimônio capaz de dar ao país – como sugerimos a princípio – um lastro identitário.

## A crítica literária e a identidade nacional

Foi Machado de Assis quem inaugurou, em fins do século XIX, uma discussão mais lúcida acerca de nossa identidade cultural por meio da literatura, quando reconhecia na produção estética de sua época – a despeito do exagero da cor local e do nativismo – um “instinto de nacionalidade” que podia ser interpretado como “sintoma de vitalidade e abono de futuro”, dando, por fim, “fisionomia própria ao pensamento nacional”. (ASSIS, 1986: 101)

A discussão fez escola e, já nas primeiras décadas do século XX, o problema da identidade cultural brasileira era discutido em termos de emancipação literária por José Veríssimo que, em sua célebre *História da literatura brasileira*, de 1916, inaugurava uma reflexão sustentada pela conjunção entre unidade e autonomia:

a literatura que se escreve no Brasil já é a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à

nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia. (1969: 2)

Essa capacidade de síntese e clareza de idéias, aliada à absoluta relevância dada por José Veríssimo a critérios que equacionavam o social e o estético na consideração da cultura literária nacional, fez de sua crítica uma das mais lúcidas do século passado<sup>4</sup>.

No excerto transcrito, percebe-se claramente a preocupação do autor em mobilizar conceitos não apenas de extração política (a independência, o nacionalismo), mas também de natureza estética (nativismo, língua), a fim de conformar uma espécie de teoria da emancipação literária brasileira, a marcar originalmente nossa identidade nacional.

Apesar da reconhecida autonomia de uma expressão literária autenticamente brasileira, Veríssimo (1907) já assinalava – a exemplo de Machado de Assis, quase meio século antes – uma incômoda “tendência localista” a permear a produção estética nacional, fato que teria gerado uma não menos incômoda ausência de “comunicabilidade” entre nossos escritores, criando-se assim uma literatura de castas, excludente e provinciana. (VERÍSSIMO, 1976)

Num diapasão mais moderado, o eminente crítico paraense reconhecia, contudo, ser a literatura regional – quando liberta de “preconceitos bairristas”, desfeita de “arrebiques e posturas literárias” e buscando ser “superiormente espontânea e sincera” – expressão correta de nossa independência estética e cultural. (VERÍSSIMO, 1936: 25)

É, portanto, na dicotomia entre dependência e emancipação literárias que se coloca – de modo inaugural para nossa literatura – a crítica mais consistente de José Veríssimo, a dar o tom das primeiras discussões acerca das infindáveis relações entre a cultura brasileira e a identidade nacional.

A discussão renderia frutos diversos até chegar aos dias atuais. Mas, como já salientou Roberto Ventura (1991), o projeto histórico de construção da sociedade nacional recebe impulso considerável exatamente nessa passagem do século XIX para o XX, instituindo um debate que envolveu outros intelectuais do período,

<sup>4</sup>Para um estudo da crítica de José Veríssimo, consultar BARBOSA, 1974.

<sup>5</sup>Uma crítica a esses debates, que aliavam demasiadamente a produção literária à ideologia da formação identitária nacional, pode ser encontrada em CARA,

como Araripe Júnior e Sílvio Romero, todos preocupados com a definição e caracterização dos elementos formadores da identidade nacional<sup>5</sup>.

Presentemente, a discussão acerca de nossa nacionalidade literária – que já teve, entre suas lides, figuras exponenciais como um Sérgio Buarque de Holanda ou um Gilberto Freire – surge representada e intermediada por vários críticos, como, por exemplo, Antônio Cândido, que, expandindo os limites estreitos pelos quais se norteavam os debates acerca do fato literário, propôs a consideração da literatura como um complexo sistema de relações sociais e culturais que não dispensa nem o trinômio autor-obra-público, nem a idéia da necessidade de fazer literatura a partir de uma organicidade social e de uma sistematização estética.

Evidentemente, as diretrizes propostas por Antônio Cândido não se fizeram sem uma consciência cada vez mais nítida da identidade cultural brasileira, a qual só se realizaria plenamente a partir da dialética que operava a polaridade dependência/emancipação, a fim de se chegar à síntese da autonomia estética, processo que demoraria – com rigor matemático, já que vai de 1822, data de nossa independência política, a 1922, data da Semana de Arte Moderna – pelo menos um século.

A preocupação de Antônio Cândido não é exatamente o problema da autonomia literária, mas da literatura como fenômeno de civilização, sempre apreendido sob o ponto de vista histórico. Contudo, se nesse aspecto suas opiniões coincidem com as de José Veríssimo (que chamava de civilização o que, Antônio Cândido, num sentido gregário, chama de sociedade), há divergência na consideração dos elementos fundadores de nossa identidade literária, a qual teria sido inaugurada pelos autores barrocos do século XVII, segundo Veríssimo, e pelos autores árcades do século XVIII, de acordo com Cândido:

... os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quanto os europeus; mesmo quando procuram exprimir uma realidade puramente individual, segundo os moldes universalistas do momento, estão visando este aspecto (...) Depois da Independência [esse] pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. (CÂNDIDO, 1981: 26)

Construir uma literatura autenticamente brasileira, como parte de um programa de construção da própria identidade nacional, teria sido, portanto, um dos propósitos de nossos primeiros literatos. Semelhante propósito fortaleceria profundamente certa consciência nacional, fazendo da literatura um dos primeiros e mais eficazes suportes culturais da nossa identidade:

... as letras e idéias no Brasil colonial se ordenam (...) com certa coerência, quando encaradas segundo as grandes diretrizes que as regeram. Em ambas coexistiram a pura pesquisa intelectual e artística, e uma preocupação crescente pela concepção ilustrada da inteligência a partir da segunda metade do século XVIII permitiu a precipitação rápida da consciência nacional durante a fase joanina, fornecendo bases para o desenvolvimento mental da nação independente. (CÂNDIDO, 1985: 107)

Evidentemente, essa consciência nacional não se forjaria sem percalços diversos, o mais importante deles a modular, conforme explica o mesmo Antônio Cândido (1989), os empenhos de nossos literatos e intelectuais para criar em solo pátrio uma expressão literária singular: a dicotomia entre a afirmação obstinada de um nacionalismo literário (localismo) e a imitação deliberada de modelos estéticos europeus (cosmopolitismo).

De qualquer maneira, essa dicotomia – ainda que reveladora do quão distante se encontravam os nossos escritores pré-Semana de Arte Moderna dos métodos mais arejados para a afirmação de uma literatura nacional independente – mostra como, nos países latino-americanos, ainda no dizer de Antônio Cândido:

... a literatura sempre foi algo profundamente empenhado na construção e na aquisição de uma consciência nacional (...) Entre nós tudo se banhou de literatura, desde o formalismo jurídico até o senso humanitário e a expressão familiar dos sentimentos. (1989: 180)

Semelhante opinião corrobora, como vínhamos sugerindo desde o princípio, a idéia de que a literatura brasileira pode ser entendida como um conjunto de traços culturais que, atuando de modo funcional e interligado, formam um complexo capaz de dar inegável consistência à nacionalidade brasileira<sup>6</sup>.

Além disso, pode-se facilmente depreender da exposição aqui realizada que a

<sup>6</sup>Para uma definição dos conceitos de traço e complexo culturais, consultar MARCONI, Marina de A. & PRESOTTO, Zélia M. Neves, 1980: 55 et passim.

literatura brasileira concorre – talvez como poucas manifestações estéticas de nosso cabedal artístico – para a consolidação de nossa consciência nacional, atuando, ao mesmo tempo, como espelho de uma identidade em construção e fundamento simbólico dessa mesma identidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: \_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v. III.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. A presença de Anchieta nas origens da literatura brasileira. In: AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de & ELIA, Sílvio. *As poesias de Anchieta em português. Estabelecimento do texto e apreciação literária*. Rio de Janeiro: INL, 1983. p. 13-41.
- BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse. Linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo brasileiro. Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- CÂMARA, V. Mattoso. A língua literária. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1968. v. I, p. 63-70.
- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade. Estudos sobre Teoria e História Literária*. São Paulo: Nacional, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- CARA, Salete de Almeida. *A exceção e a regra. Estudo sobre a linhagem criativa da crítica brasileira no momento do Parnasianismo-Simbolismo*. São Paulo: FFLCH, 1979 Tese de Doutorado.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Manifestações literárias no período colonial*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.
- CASTRO, Sílvio. Brasil, Brasis, Brasília. Ensaio de compreensão da evolução cultural



- do Brasil, a partir da Carta de Pero Vaz de Caminha. *A Carta de Pero Vaz de Caminha. O descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 105-127.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- MARCONI, Marina de A. e PRESOTTO, Zélia M. Neves. *Antropologia. Uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1980.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e Outros escriptos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907.
- \_\_\_\_\_. *Letras e literatos. Estudos críticos da nossa literatura do dia. 1912-1914*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Estudos de literatura brasileira*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976. (Segunda Série)

E  
C  
C  
O  
S

R  
E  
V.

C  
I  
E  
N  
T.

n. 1  
v. 3

jun.  
2001